



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

OS REBATIMENTOS DA INCLUSÃO/EXCLUSÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA: UM OLHAR SOBRE O PROEJA EM EDIFICAÇÕES DO IFRN CAMPUS MOSSORÓ

Magnólia Maria da Rocha Melo

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio do Grande do Norte – IFRN, Campus Mossoró

E-mail: cinemagnolia@yahoo.com.br

Ana Cristina Almeida de Oliveira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio do Grande do Norte – IFRN, Campus Mossoró

E-mail: cristina.oliveira@ifrn.edu.br

João Paulo de Oliveira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio do Grande do Norte – IFRN, Campus Mossoró

E-mail: joao.oliveira@ifrn.edu.br

RESUMO

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA tem como objetivo o de atender à jovens e adultos na educação profissional, focando no ensino médio integrado. Nesse sentido, elencamos como objetivo do nosso trabalho delinear o perfil socioeconômico dos discentes matriculados no PROEJA do IFRN Campus Mossoró. Para a efetivação do nosso escopo, fizemos uso da pesquisa bibliográfica, documental e de campo. O PROEJA na Rede Federal de Ensino foi sem dúvida um avanço para um contingente populacional que necessita de escolarização e qualificação para o mundo do trabalho. Mediante o resultado da nossa análise, averiguamos que a EJA se configura como uma modalidade de educação indispensável para o arrefecimento da exclusão e da vulnerabilidade social na qual este coletivo está inserido, bem como fornece elementos necessários para a visibilidade de uma dívida social que o Brasil tem com esses sujeitos.

Palavras-chave: Educação, PROEJA, EJA, Inclusão, Exclusão.

INTRODUÇÃO

Falar sobre a Educação de Jovens e Adultos – EJA no cenário contemporâneo nacional nos remete a dois momentos impar para esta modalidade de ensino: a promulgação da constituição Federal de 1988 e a lei de Diretrizes e Base – LDB de 1996.

Consubstanciado nos referidos documentos, é criado, por meio do Decreto nº. 5.478, de 24 de junho de 2005, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Concebido inicialmente para o ensino médio, é ampliado em 2006, pelo Decreto nº. 5.840, para o ensino fundamental, “tendo



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

por objetivos fazer uma reflexão e propor fundamentos acerca da integração entre a formação inicial e continuada de trabalhadores e os anos finais do ensino fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos” BRASIL, 2007, p.09).

Diante do contexto assinalado, enfatizamos que a escolha por esse objeto de pesquisa se processa pelo fato de ser uma problemática permeada pelas múltiplas faces da questão social¹, base fundante do trabalho do Serviço Social. A nossa experiência profissional como assistente social do IFRN, Campus Mossoró nos faz perceber o quanto a Educação de Jovens e Adultos – EJA está imbricada de questões que remetem a exclusão social, educacional, política e econômica. Nesse sentido, elencamos como objetivo do presente artigo², delinear o perfil socioeconômico dos discentes matriculados no PROEJA do IFRN Campus Mossoró.

METODOLOGIA

Como percurso metodológico foi adotado a pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Para a coleta de dados fizemos uso do questionário aplicado pelo Serviço Social a todos os discentes que adentram no IFRN para se conhecer o perfil socioeconômico dos mesmos. No caso da EJA o nosso universo/amostra corresponde a 66 alunos matriculados no Campus Mossoró. Vale salientar que essa ferramenta é importante, uma vez que ela proporciona elementos para conhecermos a realidade na qual os sujeitos da EJA estão inseridos e, dessa forma, propormos a implementação/aperfeiçoamento de programas sociais, com o intuito de atender, prioritariamente, aos que estão em situação de vulnerabilidade social, promovendo assim a inclusão. Dentre as questões trabalhadas no já mencionado questionário, elencamos o gênero, raça, situação e trabalho e renda percapta³, pois são questões centrais para a nossa discussão.

¹ Segundo Yamamoto (1998, p.27) “A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

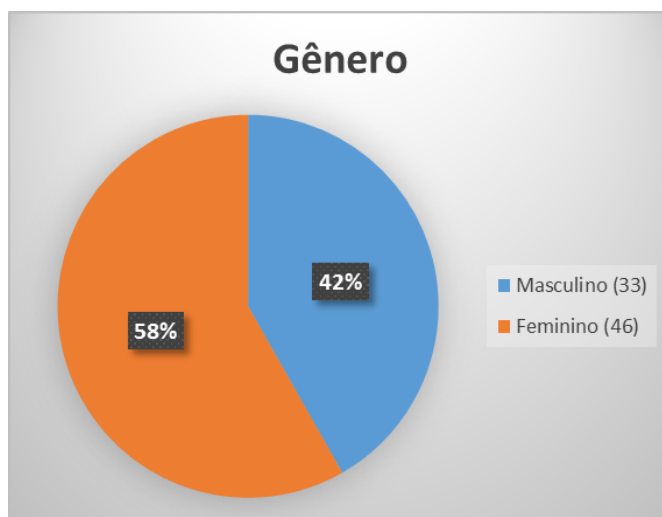
² Este trabalho é um recorte do relatório do projeto de pesquisa intitulado Políticas Públicas para a Educação de Jovens e Adultos – EJA: Avaliada a Efetividade do PROEJA em Edificações no IFRN Campus Mossoró.

³ Esse critério está consubstanciando na Lei de Cotas Sociais, 12.711/2012 que determina que todas as instituições de ensino federal deverão reservar no mínimo 50% das vagas para estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas e que metade dessas vagas (ou 25% do total) devem ser reservadas para estudantes cujas famílias tem renda percapta de até um salário mínimo e meio. Além disso, as instituições de ensino deverão reservar nesses 50%, vagas para autodeclarados negros, pardos e índios.



QUEM SÃO OS DISCENTES DO PROEJA CAMPUS MOSSORÓ SOB A ÓTICA DA INCLUSÃO/EXCLUSÃO

Quando pensamos os indivíduos que estão inseridos na EJA, temos que compreender que esse universo é perfilado pela diversidade que envolve aspectos de ordem geracional, étnico-racial, gênero e renda, dentre outros. Esses elementos norteiam os processos de inclusão/exclusão que os sujeitos da EJA vivenciam em seu cotidiano. Diante desse contexto apresentamos os resultados do questionário aplicado aos discentes do PROEJA, IFRN Campus Mossoró. A primeira questão versa sobre gênero. Abaixo, as respostas obtidas e tabuladas em forma de gráfico.



Fonte: Serviço Social do IFRN Campus Mossoró

Mediante os dados levantados podemos perceber que a maioria dos alunos que estão regularmente matriculados no PROEJA do Campus Mossoró, é do gênero feminino, o que demonstra um avanço na construção da visibilidade e o acesso das mulheres a educação formal e conseqüentemente ao mercado de trabalho. O Documento Base Nacional do PROEJA enfatiza que;

As relações de gênero no país têm sofrido mudanças consideráveis nas últimas décadas e as mulheres avançaram em direitos nos muitos aspectos da vida cotidiana – trabalho, educação, saúde, moradia, segurança —, em particular, com estratégias de sobrevivência ao machismo. Com muitas questões a enfrentar como, por exemplo, a desigualdade salarial entre homens e mulheres na mesma função

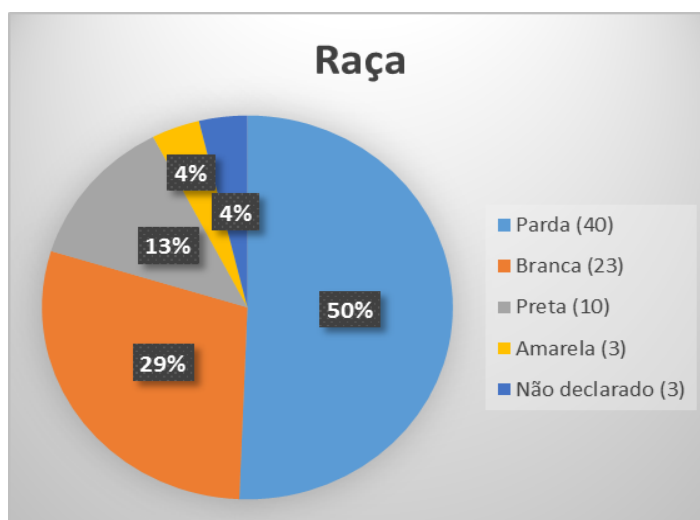


III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

profissional, pode-se dizer que, entretanto, no campo educacional, só as gerações mais velhas ainda revelam a discriminação de há 60-70 anos contra as mulheres, quando não merecia importância a ida à escola, o saber ler e escrever, o conhecimento sistematizado. Nas gerações mais novas, a tendência tem sido inversa, observando-se um número superior de mulheres que acessam a educação, em relação aos homens. Muitas mulheres vivem problemas de duplas jornadas e, também, de assumirem sozinhas a chefia da família uniparental, em que a mulher garante o sustento e a educação dos filhos com o trabalho, sem que, muitas vezes, possa educar-se, seja pelo tempo escasso, seja pelos horários de oferta inadequados à realidade de vida dessas famílias (BRASIL, 2008, p.08).

As discussões que perpassam o conceito de inclusão na contemporaneidade, prima pela defesa do princípio da igualdade, determinando que se dê tratamento igual aos que se encontrem em situação equivalente e que se trate de maneira desigual os que se encontrem em situações desiguais, na medida de suas desigualdades. Assim, deve o Estado promover meios de tratar os desiguais de forma também desiguais (PAULO E ALEXANDRINO, 2008). Ainda na perspectiva da inclusão discorreremos abaixo sobre a questão étnico-racial (o termo raça que designa o gráfico abaixo foi mantido, visto que é dessa forma que é apresentado para os alunos).



Fonte: Serviço Social do IFRN Campus Mossoró

No quesito cor/raça⁴ podemos perceber o predomínio de alunos que se autodeclararam negros (a soma de pardos e pretos) corresponde a 63% dos matriculados no PROEJA do

⁴ Conceito utilizado pelo IBGE, o “negro” é a soma da população preta à população parda. Assim, por essa interpretação legislativa, são aquelas pessoas que ostentarem na cor da pele a consideração de “negro”, não sendo suficiente alegar que há características ancestrais de negros na família. A verificação do “negro” será na



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

IFRN Campus Mossoró. Podemos nesse sentido, destacar que a presença desse segmento é um reflexo das políticas afirmativas⁵ que a instituição empreende desde a década de 1990. É pertinente salientar que as “[...] políticas de ação afirmativa precisam ser vistas dentro de um contexto mais amplo em que outras políticas públicas se coadjuvam para que haja, de fato, mudanças no que tange à inclusão educacional” (SILVA, PINEZI e ZIMERMAN, 2012, p.149).

Nesse sentido, é imperativo que a educação seja uma arena de debate para a questão étnico-racial, visto que essa problemática se materializa intensamente em situações de vulnerabilidade social. A Política Nacional de Assistência Social – PNAS (MDS, 2005, p.03) destaca que;

(...) a vulnerabilidade se constitui em situações ou ainda em identidades que podem levar a exclusão social dos sujeitos. Estas situações se originam no processo de produção e reprodução de desigualdades sociais, nos processos discriminatórios, segregacionista engendrados nas construções sócio-históricas que privilegiam alguns pertencimentos em relação a outros.

É fato que a Educação de Jovens e Adultos – EJA vivencia no seu cotidiano as marcas da questão social, uma vez que os sujeitos pertencentes a essa modalidade de ensino trazem em suas histórias a marca da exclusão social, seja pelo não acesso a uma educação pública na idade “regular”, seja pela questão de cor, seja pela idade. Nesse sentido, dando prosseguimento a apresentação dos resultados da pesquisa, abaixo temos os dados obtidos com relação a faixa etária.

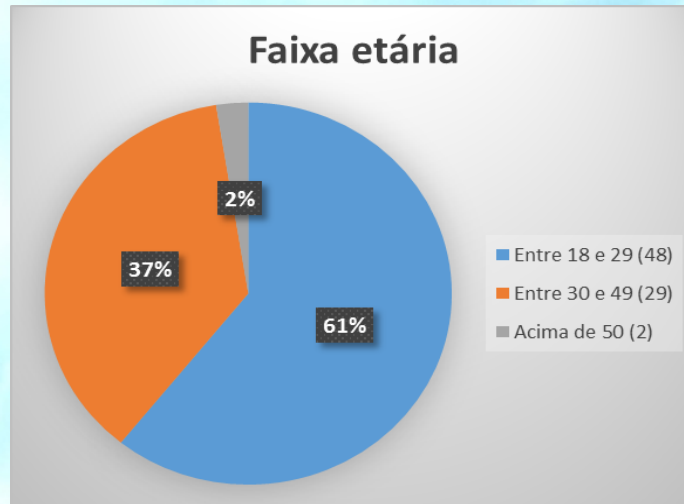
cor da pele, não em avaliação genética ou dos ancestrais daquele candidato a vagas.

⁵ Entende-se por ações afirmativas o conjunto de medidas especiais voltadas a grupos discriminados e vitimados pela exclusão social ocorridos no passado ou no presente. Tem como objetivo [...] eliminar as desigualdades e segregações, de forma que não se mantenham grupos elitizados e grupos marginalizados na sociedade, ou seja, busca-se uma composição diversificada onde não haja o predomínio de raças, etnias, religiões, gênero, etc (BRASIL,2012).



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O



Fonte: Serviço Social do IFRN Campus Mossoró

Com relação a faixa etária podemos compreender o predomínio de jovens, 61% (18 a 29 anos) uma característica acentuada no universo brasileiro da EJA, que é o predomínio de jovens. Esse cariz de juvenilização se processa em virtude do;

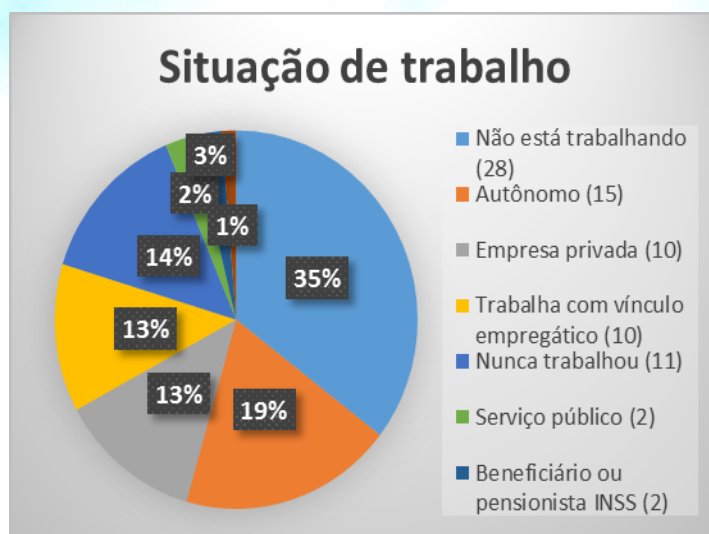
Ingresso cada vez mais antecipado dos jovens no mercado de trabalho, a esperança de conseguir um emprego, principalmente das camadas de baixa renda, tem provocado uma grande demanda nos programas de EJA, inicialmente destinados a adultos, em virtude da minoria jovem. Para esse contingente de jovens, a busca pela elevação da escolaridade está articulada ao mercado de trabalho, cujas expectativas estão direcionadas às novas exigências do mundo moderno, à ascensão e à mobilidade social. Estes fatos têm provocado demandas de novas formas de atuação metodológica e de conteúdo, com base em necessidades formativas desse aluno (CARVALHO, 2009, p.7808).

Esse segmento social, volta para a escola na modalidade EJA convencidos que, o não acesso ao mercado de trabalho formal é somente fruto de uma baixa escolarização, de uma problemática individual, desvinculando a responsabilidade do desemprego ao sistema extremamente desigual e excludente que é o capitalismo. No contexto em tela, é salutar destacar que todos os alunos da EJA têm como atributo em comum o fato de serem,

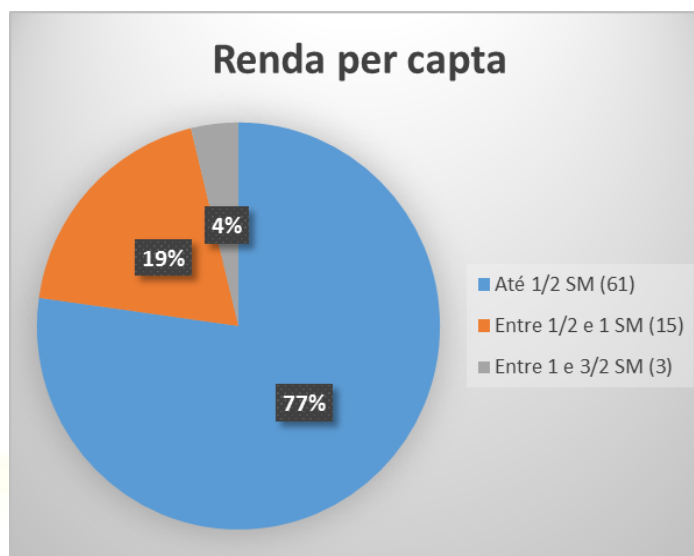
[...] pessoas para as quais foi negado o direito à educação, durante a infância ou adolescência: homens e mulheres, brancos, negros, índios e quilombolas, trabalhadores empregados e desempregados, filhos, pais e mães, moradores dos centros urbanos e das áreas rurais. Algumas dessas pessoas nunca foram à escola ou dela tiveram que se afastar em função da entrada precoce no mundo do trabalho ou mesmo por falta de escolas. A maioria daquelas que já passou pela instituição escolar carrega uma história marcada por numerosas repetências e interrupções (BRASIL, 2007, p.18).



É fato que o Brasil tem uma dívida histórica com esse coletivo, que desde o Brasil Colônia⁶ foi lhe negado o direito ao acesso à educação e conseqüentemente ao mundo do trabalho. Mesmo com os avanços preconizados na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes Base - LDB, o pertencimento a uma classe social, determina a inclusão/exclusão do indivíduo na sociedade. Isso também se cristaliza nitidamente com relação a situação de trabalho e renda percapta, como podemos perceber nos dados abaixo apresentado.



Fonte: Serviço Social do IFRN Campus Mossoró



Fonte: Serviço Social do IFRN Campus Mossoró

⁶ A EJA no país teve início no Brasil Colônia pela a ação dos Jesuítas apoiado pela sociedade civil e pela política, os Jesuítas começaram suas atividades docentes [...] alfabetizando adolescentes e adultos mais do que crianças sob forte influência do proselitismo religioso. O professor jesuíta recebia uma formação sólida com dupla função, catequizar e educar [...], exercitando as virtudes cristãs. (MOURA, 2011, p.29).



Pelas informações obtidas, podemos ver um número significativo de alunos que não estão trabalhando. Quando somamos os desempregados, com os que nunca trabalharam temos 49% dos alunos do PROEJA excluídos do mercado de trabalho formal, desprotegidos pelas leis trabalhistas. Mais alarmante ainda quando adicionados aos que estão no mercado informal que totaliza 68%. Essa problemática perpassa o sujeito inserido na EJA, como bem expressa Arroyo (apud BRASIL, 2005, p.221);

A educação de jovens e adultos – EJA tem sua história muito mais tensa do que a história da educação básica. Nela se cruzaram e cruzam interesses menos consensuais do que na educação da infância e da adolescência, sobretudo quando os jovens e adultos são trabalhadores, pobres, negros, subempregados, oprimidos, excluídos

A expressiva exclusão desse segmento no mercado de trabalho formal/protegido repercute diretamente na renda percapta como podemos perceber nas informações obtidas na pesquisa. A grande maioria dos discente do PROEJA tem uma renda percapta de até meio salário mínimo (R\$ 440,00) demonstrando que o perfil social e econômico desse coletivo está intrinsecamente relacionando à história brasileira. São sujeitos caracterizados pela exclusão e pela segregação social, uma vez que suas origens estão nas classes menos favorecidas. São produtos da desigualdade social que permeou e permeia a nossa sociedade.

Diante de tudo o que foi exposto aqui, finalizamos acreditando que “A educação é o único caminho capaz para transformação humana social dos indivíduos, conduzindo-os para uma visão crítica, conscientizando e preparando-os para viverem em sociedade e assumindo a sua cidadania” (MARX, 1991, p.27).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante dos dados levantados na pesquisa de campo, constatamos que os discentes do curso de Edificações na modalidade EJA do IFRN, Campus Mossoró são negros, oriundos de famílias que são socialmente e economicamente fragilizadas, uma vez que detêm uma renda percapta de até meio salário mínimo. Os aspectos aqui relatados sobre a questão étnico-racial corroboram com a literatura produzida sobre EJA e raça. A Educação de Jovens e Adultos, no seio das políticas educacionais, nunca foi prioridade, e isso se deve ao fato de que esse segmento populacional ser constituído em sua maioria por pobres, pardos e negros, segmentos



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

que se encontram, em sua maioria, em situação de vulnerabilidade social. Podemos perceber que a realidade do Campus Mossoró reflete o cenário nacional, que é assinalado pelas sequelas da questão social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - **Documento Base Educação Profissional Técnica de Nível Médio / Ensino Médio Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens E Adultos – PROEJA**. Brasília, 2007

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília-DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases – LDB**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003

_____. Ministério da Educação – MEC, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Edificações na forma integrada, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos EJA**, 2012

_____. **Lei 12.711/2012**, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, 2012

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**, Censo Demográfico 2010

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília-DF, 2004

CARVALHO, Roseli Vaz. **A Juventude na Educação de Jovens e Adultos: uma categoria provisória ou permanente?** IX Congresso Nacional de Educação – UDUCRE, PUCPR, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela e CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico – metodológica. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MOURA, Maria da Gloria Carvalho. **Educação de Jovens e Adultos**: um olhar sobre sua trajetória histórica/ Maria da Glória Carvalho Moura – Curitiba: Educarte, 2003.



PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Constitucional Descomplicado**. 4. ed. São Paulo: Método, 2008.

SILVA, PINEZI e ZIMERMAN, 2012, **Ações afirmativas e inclusão regional**: a experiência da Universidade Federal do ABC. R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 93, n. 233, p. 147-165, jan./abr. 2012.